

# Rumos

JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO 2021

Economia &  
Desenvolvimento

## DEPOIS DA TORMENTA

Ainda que as saídas não estejam claras, é preciso pensar o amanhã. Nessa edição, a *Rumos* traz olhares para o futuro sobre setores que estão passando por importantes transformações e devem impactar o desenvolvimento sustentável do país.

### REPORTAGEM

Executivas do SNF debatem empreendedorismo feminino e a presença de mulheres na alta gestão.

### ARTIGO

Ana Paula Avellar apresenta os desafios e as perspectivas da indústria brasileira.

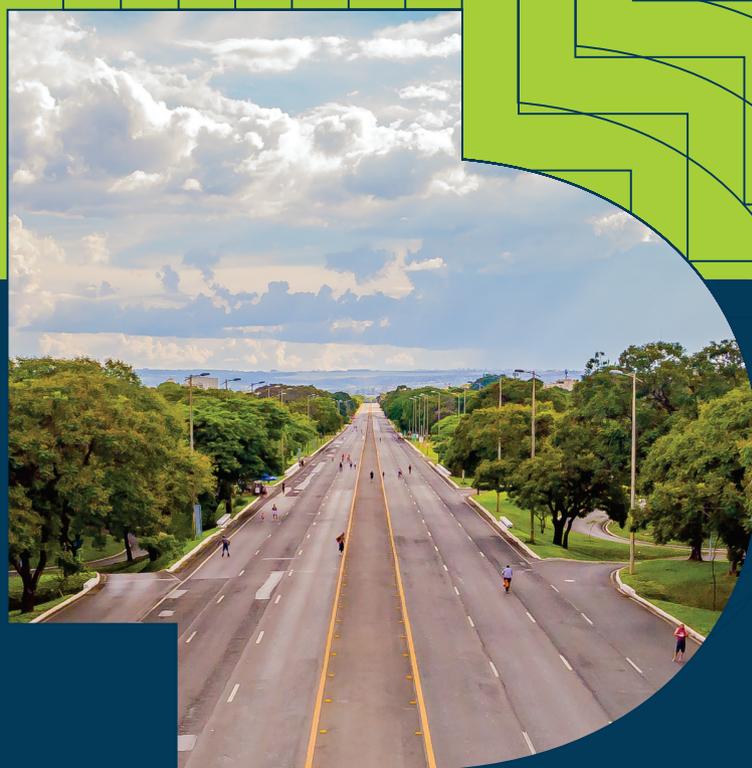
### ENTREVISTA

O especialista Luiz Felipe Ferreira esclarece as principais dúvidas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados.



# Fórum do Desenvolvimento

ABDE | 2021



**26 a 30  
de abril**



**Gratuito  
e on-line**

[www.forumdodesenvolvimento.com.br](http://www.forumdodesenvolvimento.com.br)

## AO LEITOR

Quando tudo parece fora de ordem, a arte pode ser um refúgio para a manutenção da lucidez. É com essa intenção que trazemos para a capa a obra *Dilúvio em Formação*, de Leonardo Da Vinci, de 1531, pertencente à Biblioteca Real de Windsor, no Reino Unido. Os dilúvios ou grandes inundações fazem parte das narrativas de várias culturas; nelas, em geral, tais momentos antecedem grandes mudanças ou o início de uma nova era. Estamos vivendo um momento desses, no qual somos mexidos em nossas convicções e modos de vida diante de um evento da natureza, expresso na força de um invisível vírus, o Covid-19. Mas, se depois da tormenta vem a bonança, é por ela que já devemos procurar, buscando saídas para a retomada da economia, da vida em sociedade.

Alguns desses caminhos estão em andamento, como vemos na reportagem de capa desta edição e em artigo sobre as perspectivas para a indústria brasileira, assinado pela economista Ana Paula Avellar, que evidenciam parcerias e cooperações para que a economia nacional possa deslanchar e se reposicionar no futuro.

Ainda nesta edição, destacamos uma entrevista sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tema do momento, com o especialista Luiz Felipe Ferreira, que discorre sobre a complexidade e preocupações trazidas pela lei, principalmente em relação à privacidade.

Confira também uma reportagem que retrata questões brasileiras, com as presidentes de instituições financeiras de desenvolvimento e especialistas de organismos multilaterais comentando ações para estímulo ao empreendedorismo feminino e a ascensão de mulheres a postos de comando.

Boa leitura!

**Thais Sena Schettino**  
Editora

## NESTA EDIÇÃO

**04** **REPORTAGEM**  
Lideranças femininas

**07** **ARTIGO**  
Ana Paula M. Avellar  
Indústria: desafios e perspectivas no Brasil recente

**10** **REPORTAGEM**  
A privacidade como direito

**22** **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**

**24** **LIVROS**

**26** **EXPEDIENTE**

## DESTAQUES



**08**  
**REPORTAGEM**  
Pratas da casa



**12**  
**REPORTAGEM CAPA**  
Agendas para o amanhã



Pixabay

# Lideranças femininas

Presidentes de instituições financeiras de desenvolvimento e especialistas de organismos multilaterais comentam ações para estímulo ao empreendedorismo feminino e à ascensão de mulheres a postos de comando. **POR MAITÊ RODRIGUEZ\***

Comemorado no mês de março, o Dia Internacional da Mulher vai além de uma data para celebrar e enaltecer as mulheres de todo o mundo. Trata-se, principalmente, de colocar em pauta as barreiras que o gênero ainda enfrenta para assegurar os seus direitos e combater a desigualdade. Embora a presença feminina no mercado de trabalho esteja aumentando significativamente, ainda são visíveis as dificuldades para conquistarem igualdade salarial e atingirem cargos de liderança.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 a participação das mulheres no mercado de trabalho teve aumento pelo quinto ano consecutivo, com 54,5% de presença. Ainda assim, elas continuam sendo minoria em cargos de liderança, com taxa

de 37,4% no mesmo ano. Quanto à remuneração, as mulheres ganham cerca de 22% a menos do que os homens.

Nesse contexto, e em comemoração ao Dia da Mulher, a ABDE promoveu, no dia 8 de março, o webinar “Lideranças femininas em prol do desenvolvimento do país”, com a participação de diversas líderes e especialistas de instituições financeiras, para debater os desafios do empreendedorismo feminino, a representatividade no Sistema Nacional de Fomento e ações que podem ser feitas para uma maior inclusão da mulher no mercado.

Na abertura do evento, o presidente da ABDE, Sergio Gus-

\* Estagiária, sob a supervisão da Redação.

---

mão Suchodolski, destacou o trabalho da entidade para impulsionar a participação feminina no sistema financeiro. “É um dia de celebração, de registro de trajetórias, e de inspiração para todos. Temos buscado, dentro da ABDE, realizar uma série de atividades técnicas nas parcerias internacionais para alinhamento das carteiras de crédito ao tema de gênero”, ressaltou.

### SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO

O webinar foi dividido em dois painéis, cada um com temas e palestrantes diferentes. O primeiro tratou das “Lideranças femininas no financiamento do desenvolvimento – representatividade do Sistema Nacional de Fomento” e teve como mediadora a executiva e conselheira da Women in Leadership in Latin America (WILL), Jandaraci Araújo.

Durante o debate, a presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Leany de Souza Lemos, comentou sobre como já é perceptível o empoderamento econômico das mulheres no setor financeiro e ressaltou o trabalho dos bancos de desenvolvimento e das agências de fomento para estimular a inclusão feminina no empreendedorismo. “As instituições de crédito têm um papel muito importante. O setor público tem que fomentar o microcrédito e a capacidade das mulheres de poderem se formalizar e ter o próprio negócio”. Na ocasião, Leany aproveitou para destacar o lançamento do BRDE: um programa de crédito exclusivo para empresas lideradas por mulheres, com taxas mais baixas e melhores condições.

Para a presidente do Badesul e segunda vice-presidente da ABDE, Jeanette Lontra, as mulheres ainda são minoria no empreendedorismo, seja por insegurança ou falta de estímulo. Jeanette ainda destacou que, em sua grande maioria, as mulheres empreendedoras trabalham em micro e pequenas empresas. “Segundo pesquisa do Sebrae, as mulheres têm mais dificuldade de acessar o crédito, mas têm mais credibilidade porque são melhores pagadoras. Hoje estamos percebendo que temos mais mulheres no mercado de trabalho e isso é muito importante. Elas precisam de um estímulo para melhorar a sua empresa, então agora nós precisamos trabalhar com alternativas para facilitar o acesso ao crédito para essas mulheres”, ressaltou.

Reforçando a importância de apoiar o empreendedorismo feminino, a presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), Márcia Maia, afirmou que a agência já realiza ações de inclusão de gênero e que procura cada vez mais democratizar o acesso ao crédito. Acerca das dificuldades, Márcia

conta que deseja poder oferecer uma linha de crédito específica para atender empreendedoras que são vítimas de violência doméstica. “O sistema financeiro tem regras que não estão permitindo que essas mulheres possam ser estimuladas a empreender e sair desse ciclo vicioso e perverso de depender economicamente do seu próprio agressor. Esse é meu maior desafio no momento, ofertar financiamento para que essas mulheres possam empreender e caminhar com suas próprias pernas”.

No âmbito da desigualdade de gênero, a presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, Denise Rocha Domingues, falou sobre como ainda é difícil para a mulher ocupar um espaço dentro do mercado de trabalho, mesmo depois de tantos anos de luta e conquistas. “Em ações como essa, podemos mostrar a capacidade das mulheres e como elas agregam muito nas instituições. Nós produzimos renda, somos multitarefas e aprendemos a flexibilizar nosso tempo. As mulheres são merecedoras de cargos de liderança”, declarou. De acordo com a presidente, a equipe da agência de Tocantins é formada por 70,5% de mulheres, sendo 61% delas líderes.

No papel de mediadora do debate, Jandaraci Araújo aproveitou o momento para reforçar a importância de dar voz às mulheres e prestar a admiração pelas participantes: “Todas aqui são inspiradoras e ajudam a nova geração a saber que elas podem chegar onde quiserem”.

### PARCERIAS INTERNACIONAIS

O segundo painel teve como tema “Parcerias internacionais e a agenda de gênero no Sistema Nacional de Fomento” e contou com a participação da especialista-líder do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Maria Netto e da especialista Maud Chalamet, do Consulado Britânico. Elas debateram o papel que as entidades internacionais têm em auxiliar os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento a criarem ações para estimular a participação da mulher no mercado de trabalho e promover a equidade de gênero.

De acordo com Maria Netto, o BID possui uma meta institucional de inclusão que permeia todas as operações do banco e, inclusive, existe um departamento específico para trabalhar o tema da diversidade. “Temos que começar a considerar a inclusão de forma mais ampla. É um trabalho que tem que ser feito de forma estratégica, integral e ser uma política do banco, e que não se faz num dia só”, declarou.

A especialista-líder ainda ressaltou que, durante a crise da pandemia da Covid-19, as mulheres foram »

## Avanços, representatividade e desafios



*“Os avanços das últimas décadas são inegáveis, mas ainda não são o suficiente. E nós, como presidentes de bancos e agências de fomento, temos o papel importante de estabelecer liderança corporativa sensível e propiciar igualdade de gênero”*

**Jeanette Lontra, Badesul e segunda vice-presidente da ABDE**



*“Estamos vivendo uma grande transformação e precisamos entender que não chegamos aqui sozinhas”*

**Leany Lemos, BRDE**



*“O que eu quero passar para as mulheres é que elas precisam ser perseverantes no seu propósito”*

**Denise Rocha, Agência de Fomento do Tocantins**



*“Eu sou a primeira mulher a presidir a AGN em 20 anos de existência. Acredito que nossos exemplos servem de referência para as outras mulheres”*

**Márcia Maia, AGN**

as mais afetadas negativamente, tanto pela perda de emprego quanto pela dificuldade de empreendedoras femininas em acessar o financiamento. “Falta a valorização desse tema. Estamos vendo de forma crescente uma grande pressão internacional e a tendência de sensibilizar o mercado como um todo. Os fundos investidores e as instituições cada vez mais começam a considerar a importância da atuação do sistema financeiro com relação ao compromisso social. Precisamos de uma análise mais profunda do que significa essas políticas de gênero na prática e, principalmente, entender as falhas do acesso ao financiamento e como podemos ter indicadores mais sérios sobre a integração. Precisa ser um trabalho de forma conjunta”, informou Maria Netto.

No contexto do governo britânico, Maud Chalamet contou que existe uma posição muito forte no que diz respeito à inclusão feminina e que 58% dos financiamentos doados pelo governo têm o critério de equidade de gênero. Ela também explicou a iniciativa Women in Finance, criada em 2015 pelo Banco da Inglaterra e que agora foi adaptada para o cenário brasileiro, quando durante um ano as instituições financeiras

se comprometem com exigências que visam melhorar a agenda de gênero. Entre elas estão o progresso de mulheres em cargos seniores, a ampliação da diversidade no setor e o incentivo de produtos voltados para o público feminino. “Isso é fundamental para que possamos colocar o debate com números e compromissos claros, e que seja uma construção de uma agenda que transforma”.

Com duração de quase duas horas e com mais de 280 visualizações, o webinar cumpriu com seu objetivo de evidenciar os problemas que, em pleno 2021, ainda são enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho, além de apontar possíveis caminhos para que possamos construir uma sociedade mais igualitária. “As mulheres são merecedoras de todas as homenagens, mas, mais do que isso, nossa intenção com estas discussões é contribuir para mudanças reais, algo que vá muito além de um dia e que possa nos trazer, a curto, médio e longo prazo, conquistas significativas na questão da equidade de gênero”, concluiu o presidente Sergio Suchodolski.

A íntegra do evento está disponível no canal oficial da ABDE no Youtube.

# Indústria: desafios e perspectivas no Brasil recente

A indústria brasileira vem apresentando nos últimos anos baixo dinamismo, seja na sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), seja nos indicadores de esforço e resultado inovativos. Essa realidade é objeto de muita preocupação ao se considerar a importância dessa atividade econômica para o desenvolvimento do país e do papel do Estado com a implementação de políticas públicas.

No entanto, o problema em relação à redução da dinâmica da indústria brasileira não é tema de 2020 e 2021. Em setembro de 2019 já se discutia na Conferência de encerramento – Sessão Iedi do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação quais seriam os desafios da indústria e do desenvolvimento, sob a coordenação do Sr. Rafael Cagnin (Iedi)<sup>1</sup>. Os palestrantes, professor Carlos Américo Pacheco (IE/Unicamp e Fapesp) e professor Carlos Frederico Rocha (IE/UFRJ), destacaram em suas análises a dinâmica recente da indústria brasileira, das políticas industriais e de inovação, bem como seus limites e desafios.

Nessa sessão foi ressaltada a existência de uma grande diversidade de políticas de apoio à indústria e à inovação no país desde final dos anos 1990, mas que, após 2014, esses instrumentos ficaram comprometidos dada a aguda redução de orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comprometendo a continuidade de muitos programas de apoio à inovação. Dentre as diversas considerações apresentadas na sessão destaca-se essencialmente a importância da indústria como promotora do desenvolvimento e a necessidade de garantir o desenvolvimento nacional por meio de setores que não necessariamente estejam relacionados às atividades tradicionais da indústria, mas aos setores que possam se conectar aos núcleos geradores do progresso técnico.

Com base nesse diagnóstico em 2019, o que aconteceu com a indústria brasileira desde então?

O ano de 2020 foi marcado com um conjunto de dificuldades que aprofundaram ainda mais o desempenho da indústria brasileira, como a pandemia e a crise econômica e política do país. A indústria apresentou no 1º semestre de 2020 uma forte

redução de sua atividade e, no final do 2º semestre, de acordo com os indicadores apresentados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) em 2 de fevereiro de 2021<sup>2</sup>, pode-se constatar uma retomada da atividade industrial atingindo patamares anteriores à pandemia. Entretanto, mesmo com esse fôlego que se apresentou no final de 2020, a expectativa em termos de dinâmica inovativa e das políticas de incentivo à inovação não é muito animadora. De acordo com os dados da última edição da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec), verifica-se uma diminuição no percentual de empresas inovadoras no país e soma-se a isso uma acentuada redução do orçamento das agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica, bem como dos fundos que sustentam diversos programas de apoio à inovação no país. Essa combinação de elementos claramente coloca em xeque o importante papel da indústria na promoção do desenvolvimento brasileiro. Faz-se necessário recolocar a indústria como protagonista desse processo.

Por fim, diante dos desafios apontados, convido os leitores a participarem de maneira ativa nos debates sobre o tema, como os promovidos regularmente pela Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (Abein) em seus Encontros Nacionais.

<sup>2</sup> IEDI (2021). Destaque IEDI - A retomada da Indústria. 02/02/2021. Disponível em: [https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque\\_iedi\\_20210202.html](https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20210202.html)

Arquivo pessoal



## ANA PAULA M. AVELLAR

*Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Possui doutorado em Economia Industrial e da Tecnologia pela UFRJ*

<sup>1</sup><https://www.youtube.com/watch?v=bfh50jz8E1U&t=359s>



Nova diretoria da AgeRio é formada por funcionários de carreira da instituição, que detalham os planos da agência, ressaltam o processo constante de capacitação do corpo funcional e comentam as expectativas ao assumirem a gestão em um momento tão desafiador. **POR JADER MORAES**

Pela primeira vez em sua história, a Agência Estadual de Fomento (AgeRio) tem sua diretoria inteiramente formada por funcionários de carreira da instituição. Uma geração que, via concurso público, ingressou na agência fluminense no início da década passada e ao longo dos anos assumiu postos de comando em diversas áreas da organização. Agora, oferecem a experiência de um conhecimento intenso sobre as potencialidades da agência em um momento desafiador para a economia brasileira, em particular no Rio de Janeiro.

O presidente André Luiz Vila Verde, 41 anos, iniciou sua trajetória na agência em 2011, na área de captação, e viajou por todo o estado como analista de desenvolvimento econômico. Em 2014, foi promovido a gerente Regional de Negócios e no início do ano passado se tornou superintendente de Negócios com Médias e Grandes Empresas e Operações Estruturadas. “Todas as gestões anteriores, desde o início da agência, foram

muito importantes para estruturá-la e para os expressivos resultados que alcançamos. Agora, assumimos em um momento desafiador, mas com grande vantagem de conhecermos profundamente a empresa e seus funcionários e encurtarmos a curva de aprendizagem, pois já ocupávamos cargos estratégicos na instituição”, ressalta Vila Verde. “A AgeRio sempre teve a cultura de dar autonomia para todos nós que ocupamos cargos de decisão. Por isso, estávamos preparados para assumir essas responsabilidades”, completa.

Nesse cenário de muitos desafios para a economia, em função da crise da pandemia da Covid-19, o presidente diz que o principal desafio de curto prazo é conseguir atender a crescente demanda por financiamento e apresentar as soluções eficientes para os empresários fluminenses. Para isso, a agência sob sua gestão pretende ampliar a capilaridade para todo o estado. “Precisamos deixar de ser uma ‘prateleira’ com ser-

viços prontos, para criarmos soluções específicas para cada segmento. Isso passa por aprendermos a correr mais riscos, mas permanecermos com nossa carteira sustentável”, diz.

Para a diretora de Operações da agência, Tatiana Oliver, o ano de 2020 deixou explícita a necessidade de se reinventar. Ela também chegou à agência há cerca de dez anos e foi superintendente em três áreas distintas até chegar à diretoria, no ano passado. Em meio à pandemia, a instituição teve que se adaptar internamente, com a adoção do *home office*, e também na interlocução com os clientes, com o aumento exponencial da demanda por crédito. “Sabemos que 2021 também será desafiador, mas estamos com boas expectativas. O principal objetivo é a manutenção dos empregos e dos negócios. E para isso acontecer, além de mantermos as ações bem-sucedidas que já temos realizado, vamos precisar expandir para o interior”, reforça, em linha com o movimento defendido pelo presidente.

A diretora analisa que o fato de a nova diretoria ser formada por funcionários de carreira da instituição facilitou o processo difícil de transição, em meio às crises econômica e política que o estado do Rio atravessou. “Nós não partimos do zero, conhecemos as pessoas e a complexidade das ações que precisam ser desenvolvidas, construímos ao longo desses anos uma relação de confiança. É um momento de renovação, de transformação, e essa mudança gerou uma expectativa positiva nos trabalhadores da agência, um quadro funcional bem jovem que agora tem uma nova visão da carreira e das possibilidades de cada um”, justifica Oliver.

## FORMAÇÃO

A ascensão de funcionários de carreira ao topo da hierarquia consagra um trabalho constante realizado pela instituição para preparar seu corpo funcional para assumir cargos de responsabilidade. Ao longo dos últimos anos, a agência desenvolveu o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (Pegep), que organiza a diretriz de formação de capital humano. O plano é focado em quatro eixos, entre eles o desenvolvimento de programas contínuos de capacitação, motivação e engajamento na organização.

Um desses programas é o Crescer com a AgeRio que, por meio de Trilhas de Desenvolvimento, promove a capacitação dos funcionários em até oito áreas: Liderança, Negócios, TI Funcional, Inovação em TI, Jurídico, Alta Administração, Risco e Compliance e um módulo intitulado “Somos Todos Fo-

mento”. Nas trilhas, os participantes desenvolvem habilidades e conhecimentos sobre temas como governança corporativa, mapeamento de processos, análise de dados e licenciamento ambiental, entre outros temas da agenda específica das instituições de fomento, como garantias, recuperação de crédito e risco socioambiental.

De acordo com o presidente, a proposta é seguir nesse caminho de capacitação intensiva, e, para isso, pretende estruturar um modelo de educação corporativa próprio da agência. A ideia é aliar formação teórica e prática, para seguir formando lideranças de perfis diversos. “Precisamos investir numa educação corporativa plena do corpo funcional, para gerarmos empoderamento para as pessoas que estão aqui e formarmos novas lideranças, que poderão assumir ainda mais responsabilidades na agência em um futuro”, complementa. Ele destaca também, além dos programas de capacitação, alguns mecanismos de participação interna nos rumos da instituição, como os grupos de trabalho interdisciplinares e a sistemática paritária para a tomada de decisões estratégicas.

## FUTURO

Além do presidente e da diretora de Operações, compõem a gestão da agência a diretora de Controladoria, Tatiane Peres, que ingressou na organização em 2010, como analista de desenvolvimento, e ocupava recentemente a superintendência de Controladoria; e o diretor jurídico Gustavo Madureira, mestre em Direito e funcionário da AgeRio desde 2013.

“Temos consciência de que essa é uma oportunidade de ouro. Fazemos parte dessa história, construímos a agência junto a tantos profissionais que passaram e permanecem aqui. Então estamos animados, apesar de todas as dificuldades desse momento: queremos ver a economia voltar a crescer, a roda voltar a girar, e a agência seguir com seu papel fundamental para o Rio de Janeiro”, afirma Tatiana Oliver.

O sentimento de expectativa é compartilhado pelo presidente André Vila Verde. Para ele, a principal missão da agência nesse fomento é cumprir o mandato destinado às Instituições Financeiras de Desenvolvimento: “Precisamos de fato ser a principal ferramenta para o desenvolvimento econômico do estado. Sabemos do desafio que isso significa e estamos prontos”. —

Fotos: Yuri Brito



*André Vila Verde,  
presidente*



*Tatiana Oliver,  
diretora de Operações*



*Tatiane Peres,  
diretora de  
Controladoria*



*Gustavo Madureira,  
diretor Jurídico*



# A privacidade como direito

Em entrevista à *Rumos*, o especialista Luiz Felipe Ferreira apresenta os principais pontos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada em 2018 e que entrou em vigor no fim de 2020. Ele destaca que a privacidade é um direito humano e responde dúvidas comuns, como os desafios enfrentados pelas empresas, as primeiras medidas que devem ser adotadas para se adequar à legislação e os possíveis conflitos com a Lei de Acesso à Informação. Confira!

**RUMOS** – A proteção de dados pessoais vem sendo discutida há anos no Brasil. Em 2012 um projeto de lei chegou a ser apresentado, mas até a aprovação e o início da vigência da LGPD, em setembro do ano passado, a lei sofreu alterações. O que mudou durante esse processo?

**LUIZ FELIPE FERREIRA** – O Brasil perdeu a oportunidade de ter sancionado uma lei de proteção de dados bem antes da União Europeia, porém o tema não foi priorizado. Somente em 2018, após o escândalo do Facebook/Cambridge Analytica e a entrada em vigor do General Data Protection Regulation (GDPR), o regulamento da União Europeia, é que as discussões ganharam força até a sanção da lei.

Um aspecto positivo foi a abertura das discussões com vários setores da sociedade. As mudanças mais significativas foram nas definições (artigo 5), especialmente no que se refere ao dado pessoal e ao encarregado. Houve também alterações nos princípios, nos requisitos (base legal) para o tratamento de dados e nos di-

reitos do titular, como, por exemplo, no item que o controlador enviaria resposta ao titular dos dados em até sete dias.

**RUMOS** – Alguns países já contam com leis que regulamentam o tratamento de dados pessoais há mais tempo, como o GDPR, que vigora na União Europeia desde 2018. A LGPD se baseia nessas leis? E como elas se assemelham?

**FERREIRA** – O GDPR inspirou diversas leis de proteção de dados ao redor do mundo, como no Chile e na Austrália. No Brasil, não foi diferente. A LGPD é claramente inspirada no GDPR com diversas semelhanças nas definições básicas, princípios, direitos dos titulares e bases legais. Já no caso da notificação de violação de dados, o GDPR definiu em 72 horas o prazo de notificação, enquanto no Brasil a Autoridade Nacional estabeleceu dois dias. Há ainda diferenças nas sanções (onde o GDPR possui dois níveis de multas, a LGPD, somente um) e nas exigências para nomeação do Encarregado de Proteção

de Dados (DPO). Além disso, a lei brasileira exige que todos os controladores mantenham um registro de suas atividades de tratamento de dados, na europeia é obrigatório em situações específicas.

**RUMOS** – Qual a importância da proteção de dados e como a LGPD beneficia os consumidores?

**FERREIRA** – A privacidade é um direito humano e a proteção de dados pessoais é o que garante a manutenção desse direito. Quando protegemos os dados, estamos protegendo as pessoas. Os dados pessoais são hoje ativos valiosos e, em muitos casos, os consumidores são tratados como produtos, e não há o menor respeito pela privacidade. A LGPD pretende defender os titulares dos dados contra abusos.

**RUMOS** – Em relação às empresas, quais os principais desafios a se enfrentar com a vigência da lei?

**FERREIRA** – A proteção de dados é o maior desafio. No Brasil, muitas empresas não possuem uma maturidade de segurança da informação, tornando-as vulneráveis a ataques cibernéticos e vazamento de dados. Um erro muito comum é apostar somente em soluções tecnológicas e negligenciar o fator humano, principal vetor de ataques dos criminosos. Outro ponto importante é a governança de dados pessoais. As empresas não têm uma visão adequada sobre quais dados pessoais são tratados por elas e onde estão armazenados. Isso é fundamental para uma análise de risco e também para atender os direitos dos titulares de dados.

**RUMOS** – Quais as primeiras medidas que uma empresa deve tomar para se adequar à LGPD?

**FERREIRA** – O primeiro passo é criar um comitê multidisciplinar composto por várias áreas internas, como Tecnologia, Jurídico, Segurança da Informação, Recursos Humanos, além da alta diretoria. Em seguida deve-se definir um responsável pela implementação do projeto de adequação. O primeiro passo sugerido é o levantamento de processos de negócios e os dados pessoais utilizados por eles, assim como a base legal que o suportem. Outros pontos importantes são as políticas de privacidade e proteção de dados, a nomeação do DPO e análise de risco de segurança da informação.

**RUMOS** – No Brasil já existe a Lei de Acesso à Informação (LAI), que tem como objetivo disponibilizar e garantir transparência quanto às informações públicas, incluindo dados de servidores e executivos das instituições públicas. Como a LAI e a LGPD vão se relacionar, uma vez que esta última garante a privacidade desses dados?

**FERREIRA** – A LAI visa garantir o acesso à informação e a LGPD, a privacidade dos dados. Uns entendem que são comple-



**Luiz Felipe Ferreira tem 16 anos de experiência no mercado corporativo e desde 2008 trabalha com Segurança da Informação, passando por empresas como Globo, Certisign e RioCard. Em 2018, migrou para o tema de privacidade e proteção de dados na Globo, e desde 2019 é líder do time de proteção de dados (LGPD) no Itaú Unibanco. Formado em Tecnologia em Informática pela UniverCidade e com MBA em Gestão de Projetos e Negócios em TI pela UERJ, é também instrutor oficial Exin para as certificações de Privacidade, Proteção de Dados e Segurança da Informação.**

mentares, outros entendem que são opostas. As duas leis visam à transparência, garantindo que qualquer cidadão (ou titular dos dados) tenha acesso às informações (ou aos dados pessoais).

Como a LGPD é relativamente nova, uma discussão atual é que ela poderá ser usada como argumento para remoção de dados hoje divulgados pela LAI, como salários, por exemplo, sobre o pretexto de proteção da privacidade e sigilo. Porém, como fica o interesse público? Será que não deveria prevalecer?

Entendo que é um tema ainda sem definição e que certamente a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) será incumbida de sugerir uma alternativa razoável ou então tudo será discutido no Judiciário.



PPP

GOV. DO

CIDADES

MUNICÍPIOS



---

# Agendas para o amanhã

Transformação digital, desafios climáticos e transformações geopolíticas globais tensionam o setor produtivo brasileiro, que empreende esforços para reencontrar seu espaço na economia internacional e impulsionar o crescimento do país. **POR CARMEN NERY**

A queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, a maior em 25 anos, mostra que o Brasil tem muitos desafios a superar para voltar a estar entre as dez maiores economias do mundo, posição que perdeu no ano passado, caindo para a 12ª colocação, devido à redução recorde da atividade econômica. As transformações geopolíticas globais e a decorrente reorganização de cadeias produtivas tensionam o setor produtivo brasileiro, que deve reencontrar seu espaço na economia internacional.

Novas tecnologias, como a Indústria 4.0, serão impulsionadas com a chegada da quinta geração de telefonia celular, uma transformação tão importante que vem suscitando questões geopolíticas em todo o mundo. No sistema financeiro, inovações no campo tecnológico e regulatório multiplicam os instrumentos à disposição das políticas de financiamento, enquanto ampliam a desintermediação bancária e exigem maior eficiência e agilidade.

Mas não são apenas os setores industrial e financeiro que passam por mudanças. A transformação digital é imperativa para todos os segmentos, e a evolução rumo à economia de baixo carbono e de energias renováveis compõe o que se pode chamar de desenvolvimento em transição. Nessas primeiras décadas do século XXI, os desafios da transição climática e as crescentes demandas sociais por inclusão e promoção da diversidade têm encorajado o reposicionamento em ampla escala de políticas públicas, em linha com objetivos e metas ambiciosas, pactuados em âmbito global.

Istvan Kasznar, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ebape) e coordenador do Programa de Estudos dos Estados e Municípios (PEEM/Ebape), afirma que desenvolvimento é muito diferente de crescimento; significa qualificação da produção, gerando produtividade diversificada e atendendo às múltiplas necessidades da sociedade. Isso necessita passar por um planejamento governamental bem realizado, que adapte bem tanto as políticas públicas, quanto as políticas do setor privado, ao modelo de desenvolvimento nacional com participação do Estado, do empresariado e dos agentes econômicos.

“Não há desenvolvimento sem otimização do mercado de capi-

tais, gerador de poupança no país. Também não há desenvolvimento sem capacitação de um regime de contratos estáveis, e de uma classe política credível, com um combate contínuo à corrupção e a criação de um mega *compliance* nacional. Há, ainda, a necessidade de estruturar a educação em prol de toda a população com os melhores métodos de inovação possíveis num regime de globalização como o atual”, propõe Kasznar.

Para ele, há algumas premissas para chegarmos a oportunidades de desenvolvimento. O Estado é essencial para dar o rumo principal, servindo de farol mor, mas a partir de acordos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de articulação com grandes agrupamentos, como mídia, telecomunicações e sistema bancário.

“Se verificarmos a história recente do Brasil, percebe-se que o modelo de desenvolvimento foi sendo dilacerado. Entre 1994 e 2002 havia um modelo pautado em reformas monetária, fiscal, bancária e reprogramação das empresas estatais com privatizações às claras. Nos governos Lula e Dilma, este modelo foi desmontado. E, a partir de 2016 e 2017, tivemos crescimento negativo. O Brasil também passou pela onda da Lava Jato, que paralisou setores econômicos, criando efeito multiplicador altamente negativo na economia”, analisa Kasznar.

Ele destaca ainda que a carga fiscal entre 1994 e 2019 só fez crescer, passando de 24% para 37%, reduzindo a capacidade de gerar lucro para formar investimento. Ao mesmo tempo, o investimento do setor público ficou, em média, em 2,2%, e não há como imaginar que os 5.570 municípios brasileiros possam funcionar sem sustentação federativa.

“A crise federativa realimenta a crise nacional, estadual e municipal. Estamos com sete estados quebrados, entre os quais Rio Grande do Norte, Rio Grande »

---

**O 5G será um marco para o desenvolvimento do país, pois é o padrão tecnológico mais elevado para serviços móveis. As indústrias vão dar um salto de qualidade jamais visto. Não se trata de um aumento de velocidade, mas a conexão com toda a cadeia produtiva.**

**Fábio Faria**  
**Ministro das Comunicações**

do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O efeito onda da quebra desses estados não pode ser suportado pela maior economia brasileira, a paulista, que representa 33% do PIB. A economia moderna de São Paulo também vai perdendo o seu dinamismo industrial. O sucateamento é evidente e quando se perde a produção real, o desenvolvimento é posto em xeque”, alerta Kasznar.

## **INOVAÇÃO**

Em termos de produtividade, o setor de telecomunicações terá papel fundamental após a implementação da quinta geração de telefonia celular, a 5G. Em fevereiro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Ministério das Telecomunicações (MCom) aprovaram o edital para a licitação das frequências que serão utilizadas para as novas redes de quinta geração. O governo optou pelo padrão mais moderno – denominado *stand alone* e disponível no Release 16 dos órgãos de padronização –, o 5G puro, que não depende das gerações anteriores de rede.

O edital está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU) e a expectativa é de que o leilão ocorra até o final do ano. O prazo para instalação das primeiras redes com o Release 16 foi antecipado de 31 de dezembro de 2022 para 31 de julho de 2022 nas capitais e no Distrito Federal. O cronograma se estende até 2029, quando deverá cobrir cidades com 30 mil habitantes ou mais.

De acordo com o presidente da Anatel, Leonardo Euler, os cálculos iniciais da agência estimaram o valor

total do leilão das frequências de 5G entre R\$ 33 bilhões e R\$ 35 bilhões. Os cálculos são preliminares – pois ainda têm de passar pela análise e crivo do TCU –, e representam a valoração das frequências sem considerar as obrigações de cobertura.

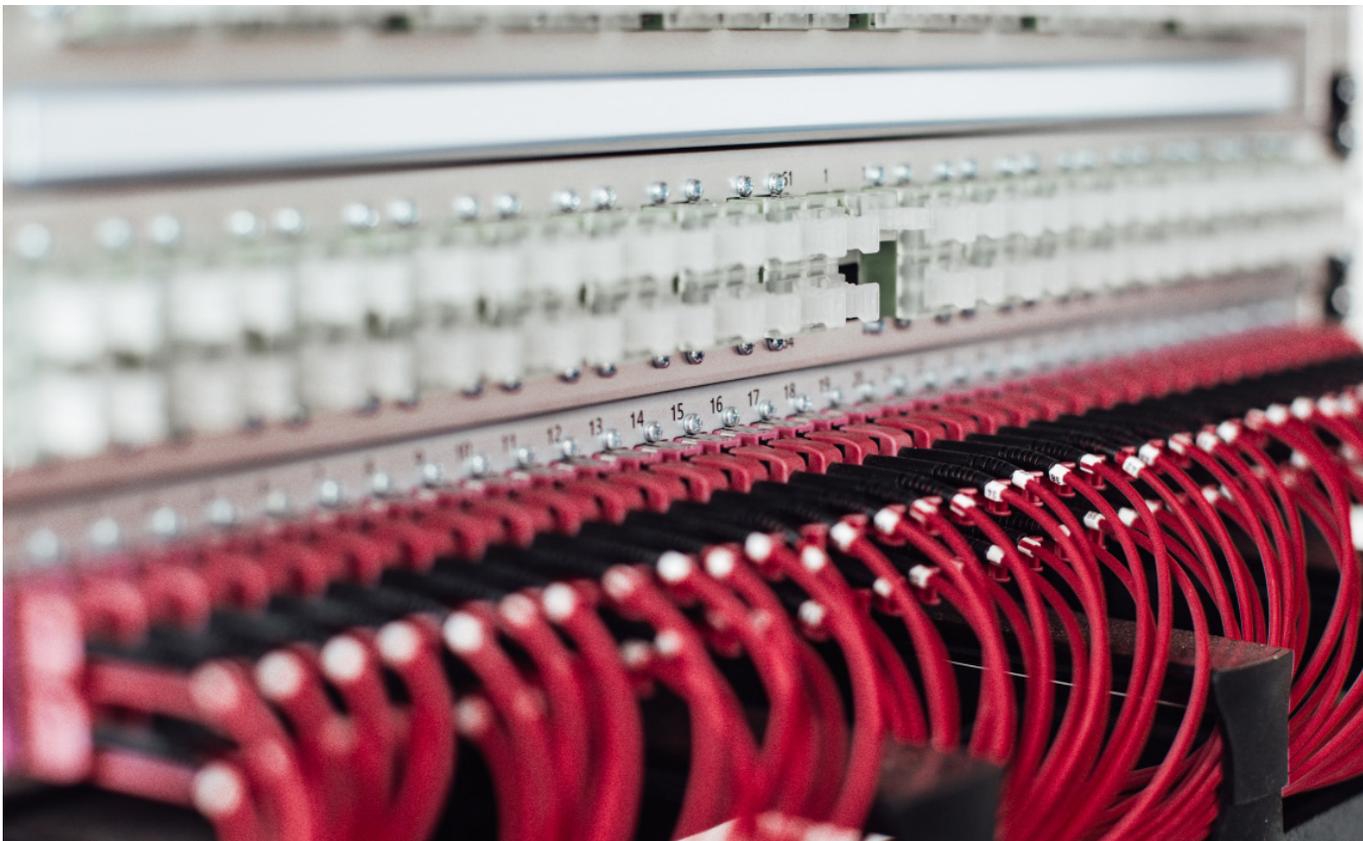
Entre as obrigações estão a cobertura em rodovias; atendimento a 1.280 municípios que não possuem ainda infraestrutura de rede metropolitana (*backhaul*) até a sede; e atendimento a cerca de 14 mil localidades e povoados. Além do custeio da migração das TVs por antena parabólica a fim de desocupar a frequência que será utilizada para o 5G – tirando as TVs da banda C para a banda Ku.

“O 5G será um marco para o desenvolvimento do país, pois é o padrão tecnológico mais elevado para serviços móveis. O 4G foi feito para as pessoas; o 5G vem para as empresas. As indústrias vão dar um salto de qualidade jamais visto. Não se trata de um aumento de velocidade, mas a conexão com toda a cadeia produtiva. Será possível eliminar desperdícios desde a produção até o ponto de venda; ou, no caso da conectividade rural, a integração de todo o *supply chain*. Será uma mudança muito significativa, sem falar em toda a transformação digital”, diz Fábio Faria, ministro das Comunicações.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) tem diversas frentes de desenvolvimento não mais apenas na área industrial, mas também abrangendo agro, saúde, PME e cidades inteligentes. Na área de difusão tecnológica, há inclusive um projeto piloto relacionado ao 5G. Marcela Santos de Carvalho, assessora da presidência da ABDI, informa que, em conjunto com a Anatel, a associação conduz um piloto em fábrica da WEG com tecnologia da Nokia.

“No ano passado, falava-se muito na rede 5G, mas pouco sobre redes privadas e conexão máquina a máquina. Não havia elementos suficientes para dar subsídios à Anatel sobre redes privadas. Criamos esse acordo de cooperação técnica para realização de um piloto de redes 5G em ambientes de indústria, agro e cidades inteligentes, subsidiando com informações o processo regulatório da Anatel. A WEG já tem uma planta muito automatizada e uma unidade que traz soluções de conectividade para a indústria, a V2COM. Consideramos que essa união de *expertise* e oportunidades seria adequada para o primeiro teste. Ao final, teremos um relatório técnico para a Anatel e outro com informações mais mercadológicas e operacionais”, explica Marcela.

A WEG considerou que poderia aumentar o escopo do piloto e fez uma parceria com a Claro e com a Nokia. Em fevereiro, a Nokia e WEG lançaram o projeto Open Lab WEG/V2COM para acelerar e viabilizar o desenvolvimento de soluções em Indústria 4.0 no país. O projeto piloto



*O setor de telecomunicações terá papel fundamental para o desenvolvimento do país, após a implementação da quinta geração de telefonia celular, a 5G.*

visa a demonstrar a qualidade e o valor das redes privadas construídas em 5G standalone. Com duração prevista de um ano, o projeto está sendo desenvolvido em um ambiente real de produção, em uma das fábricas da WEG, em Jaraguá do Sul, em Santa Catarina.

A fábrica terá a função de laboratório, em que uma rede privada 5G será testada simultaneamente a uma rede convencional de uma operadora. Serão desenvolvidos vários casos práticos e avançados de Indústria 4.0, para verificar o ganho de produtividade que a solução poderá trazer, permitindo consolidar modelos consistentes a serem aplicados em projetos de automação industrial.

“O projeto da planta piloto 5G na WEG trará a possibilidade não somente de apoio aos estudos oficiais do emprego da tecnologia no Brasil, como também acelerará o desenvolvimento e testes de produtos e soluções WEG/V2COM para nossos clientes”, diz Guilherme Spina, diretor da V2COM.

“O projeto visa a apontar como se pode alavancar a produtividade usando o 5G na indústria. Será uma rede privada permitindo todas as aplicações de baixa latência, em que a WEG poderá administrar todos os seus usuários, ao ser conectada na nuvem global da Nokia para suportar

serviços de análise de dados e aprendizado de máquina”, explica Wilson Cardoso, diretor de soluções da Nokia para a América Latina.

## **TECNOLOGIAS**

Já o Programa Agro 4.0, é o primeiro projeto da ABDI para o setor e reservou R\$ 4,8 milhões para premiar 14 iniciativas em quatro categorias: insumos, produção (agrícola, pecuária ou pesca), processamento de alimentos, integração da cadeia produtiva. Os projetos integram diversas tecnologias como Internet das Coisas, inteligência artificial, inteligência de dados, computação em nuvem. “O principal foco é aumentar a eficiência produtiva e reduzir os custos de produção, garantindo maior produtividade no campo”, diz Marcela.

O agronegócio brasileiro tem avançado aceleradamente não apenas no volume de produção como na aplicação de novas tecnologias rumo ao conceito de agricultura de precisão, ou agricultura 4.0. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em janeiro, a pro- >>



*O agronegócio brasileiro tem avançado na aplicação de novas tecnologias rumo ao conceito de agricultura de precisão, ou Agricultura 4.0.*

dução de cereais, leguminosas e oleaginosas estimada para 2021 é de mais um recorde, somando 262,2 milhões de toneladas, com alta de 3,2% (8,1 milhões de toneladas) em relação a 2020 (254,1 milhões de toneladas) e de 1,7 milhão de toneladas (0,7%) frente ao prognóstico anterior.

O levantamento aponta ainda que a área a ser colhida é de 66,8 milhões de hectares, com alta de 2,1% frente à área colhida em 2020 (mais 1,4 milhão de hectares) e de 149 mil hectares (0,2%) frente ao mês anterior.

Na área de saúde, a ABDI desenvolve projetos com o Hospital das Clínicas de São Paulo, com três iniciativas. A primeira é o acompanhamento, dentro e fora do hospital, da jornada do paciente que sofreu transplante de medula óssea, usando biossensores e inteligência artificial. A ideia é melhorar tratamento pós-transplante e reduzir a ida do paciente ao ambiente hospitalar. A segunda iniciativa é um sistema para agendamento automático de exames por imagens por meio de inteligência artificial e aprendizado de máquina. O terceiro projeto visa a aplicação de tecnologia 4.0 em equipamentos voltados à reabilitação de pacientes, embarcando tecnologias de IoT

conectadas a uma plataforma digital. Os equipamentos terão funções de estimulação elétrica suportadas por sinais biológicos dos pacientes.

“Outro projeto com a Fiocruz vai digitalizar a maior fábrica de produção de vacinas da América Latina em construção no distrito industrial de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em uma área de mais de 500 mil m<sup>2</sup>. A digitalização se dará em três etapas: avaliação da prontidão tecnológica; construção e validação de uma arquitetura de referência para o setor farmacêutico como um todo; e criação de um piloto virtual usando a tecnologia de gêmeo digital, com a réplica digital da fábrica a fim de antecipar problemas de certificação, vistoria e fluxo de produção”, diz Marcela.

Ainda na área de Indústria 4.0, a associação conduz na Região Norte, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico de Manaus (INDT), um projeto visando capacitar 20 empresas do complexo industrial de Manaus. Orçado em R\$ 3,1 milhões, o projeto fará a avaliação de prontidão tecnológica das empresas e proporá um cronograma (*road map*) de digitalização, além do treinamento e implantação de pilotos.

## **CIDADES INTELIGENTES**

Para Tiago Faienstein, gerente da Unidade de Novos Negócios da ABDI, não adianta as empresas entrarem na economia digi-

tal, se o cidadão não estiver conectado. As cidades têm de promover tecnologia e conectividade para que o cidadão se sinta parte da economia digital. Ele destaca que o processo de digitalização da economia não é isolado; tem de abranger todas as camadas: governo, empresas e cidadãos.

“A ABDI está promovendo projetos de cidades inteligentes por meio de laboratórios vivos nas cinco regiões do país, atendendo a uma recomendação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São laboratórios focados em mobilidade, segurança e conectividade, onde o município testa a solução em uma escala menor, faz a validação tecnológica com a população e, em caso de resultado positivo, replica para todo o município. Com isso, o município erra menos e fica mais fácil para o banco financiar porque sabe que o projeto é sustentável”, explica Faierstein.

Ele conta que há três ministérios envolvidos com cidades inteligentes. Além da Economia, ao qual a ABDI está subordinada, o Ministério do Desenvolvimento Regional está criando a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes com políticas públicas norteadoras para regulamentar os investimentos do governo e as ações na área; e o Ministério de Ciência e Tecnologia que conduz o Programa Cidades Digitais para levar conectividade para os municípios. No ano passado, o programa tornou-se Cidades Inteligentes, não apenas levando conectividade, mas deixando-a preparada para receber a gama de dispositivos, sensores e tecnologia.

## PRODUTIVIDADE

Outra companhia estratégica para o estímulo à inovação e ao aumento de produtividade, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), desde a sua criação, há seis anos, já atraiu 779 empresas num total de 1.141 projetos, que somaram R\$ 1,6 bilhão de investimentos. O investimento se dá pela contribuição de 61 unidades Embrapii, institutos de pesquisa que aporta um terço dos recursos para o desenvolvimento de projetos de empresas. Essas junto com o governo aplicam os outros dois terços.

“A Embrapii foi concebida a partir da constatação de que a interação entre academia (instituições de ciência e tecnologia) e as empresas sempre foi muito frágil. Era preciso eliminar os entraves. A empresa precisa de confiança no modelo que em que vai apostar com os ICTs; e os pesquisadores precisam entender e aceitar o modelo de cobrança da empresa. A Embrapii também constatou que a grande maioria das empresas não tem centro próprio de pesquisa e desenvolvimento e sendo assim não faz inovação, não gerando patentes nem produtos inovadores. Buscamos modelo de tríplice hélice – governo, empresa

**Para a ABDI, não basta as empresas entrarem na economia digital para a transformação da economia, os cidadãos também devem estar conectados. Por isso, as cidades têm de promover tecnologia e conectividade.**



Divulgação

*Marcela Carvalho, da ABDI: parcerias com Anatel e empresas privadas para pilotos com a rede 5G em ambientes de indústria, agro e cidades inteligentes.*

e academia – inspirado no Instituto Fraunhofer. Ou seja, a Embrapii tem o centro de pesquisa que as empresas precisam e não têm”, analisa Jorge Guimarães, presidente da Embrapii.

Apesar da perda de talentos que estão deixando o país devido à redução dos investimentos em ciência e tecnologia, ele assegura que a empresa está importando cérebros de brasileiros e estrangeiros. O executivo destaca que as unidades Embrapii têm autonomia para discutir os projetos diretamente com as organizações que buscam a unidade para desenvolver um projeto.

“Há unidades que têm mais de 100 engenheiros »

---

**Desde a sua criação, há seis anos, a Embrapii já atraiu 779 empresas, num total de 1.141 projetos, que somaram R\$ 1,6 bilhão de investimentos.**

e pesquisadores consagrados. Com isso conseguimos atrair pessoas novas, brasileiros e estrangeiros. Há muitos jovens talentos que teriam saído do país, se não estivessem atuando em pesquisa aplicada. Mesmo empresas com centros de P&D fortes, como Embraer, Sie-

mens, Votorantim, Vale, fazem projetos com a Embrapii. A Embraer tem 16 projetos conosco. Mas essas são exceções. No setor farmacêutico, de 800 empresas, apenas quatro têm projetos aqui. Vamos fazer uma chamada para criar mais unidades Embrapii para o setor farmacêutico, pois temos competência para produzir até Insumos Farmacêuticos Ativos”, diz Guimarães.

A instituição opera com contrato de gestão, um modelo mais ágil, e atualmente se relaciona com três ministérios – outros estão em diferentes estágios de negociação. O ministério supervisor é o de Ciência e Tecnologia; os outros são os de Educação e Saúde. Estão entrando agora os ministérios de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e há conversas avançadas com o Ministério da Economia, que é simpático ao contrato de gestão. Em negociação estão os ministérios da Defesa, Agricultura e Minas e Energia. “Isso significa que esses ministérios estão percebendo que boa parte de sua missão na

## Mais atingidas pela crise, pequenas

Responsável pelo maior nível de geração de empregos, as pequenas e médias empresas foram as mais impactadas pela pandemia. De acordo com a Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas – levantamento que faz parte das Estatísticas Experimentais do IBGE –, 715 mil empresas encerraram atividades até a primeira quinzena de junho do ano passado. A pesquisa estima que na primeira quinzena de junho o país tinha 4 milhões de empresas, sendo 2,7 milhões (67,4%) em funcionamento total ou parcial, 610 mil (15%) fechadas temporariamente e 716 mil (17,6%) encerradas em definitivo.

Entre as que estavam com atividades encerradas definitivamente, independente de motivo, as de menor porte (715,1 mil, ou 99,8%) foram as mais atingidas, enquanto 0,2% (1,2 mil) eram intermediárias e nenhuma era de grande porte.

Das 1,3 milhão de empresas que estavam fechadas (temporária ou definitivamente), 522,7 mil (39,4%) encerraram suas atividades por causa da pandemia, sendo que 518,4 mil (99,2%) eram de pequeno porte (até 49 empregados), 4,1 mil (0,8%) de porte intermediário (de 50 a 499 empregados) e 110 de grande porte (mais de 500 empregados).

“Estamos completando um ano de pandemia. A primeira pesquisa que tivemos mostrou um impacto dramático: 35% das empresas pararam de trabalhar; 50% funcionaram parcialmente. A expectativa inicial era de

que tudo voltasse anormal em julho de 2020, nas pesquisas seguintes as empresas foram revendo a previsão até chegar a julho de 2021. Ainda estamos tentando entender este momento que trouxe transformações muito fortes, sobretudo nas micro e pequenas empresas”, diz Carlos Melles, diretor presidente do Sebrae.

Ele diz que durante 2019, o Sebrae se concentrou em implementar o Sebrae em Rede, a fim de fazer o digital funcionar. A realidade mostrou que se avançou bastante, pois o crescimento do digital nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) foi a adaptação mais relevante. Depois que o Sebrae constatou que muitos usavam o WhatsApp, fez um contrato com a companhia e descobriu que cerca de 83% das empresas passaram a atender por meio do aplicativo. Em seguida procurou tecnologias mais sofisticadas, como os shoppings virtuais e as plataformas, como o Magazine Luiza e a Amazon.

“A necessidade nos fez buscar mais alianças. No primeiro momento, fomos à rua dizer que o Sebrae estava disponível para ajudar, mas nem sabíamos como. Em seguida, alertamos a sociedade para comprar do pequeno e do vizinho. Depois pegamos as empresas âncoras, como Renner, Armazém Martins, para ajudar as ancoradas via financiamento e capacitação. O auxílio emergencial também deu uma vitalidade para irrigar as MPME. Outro fato surpreendentemente positivo foi que a procura por cursos cresceu 1.300%. E orientamos muito a renegociar dívidas”, elenca Melles.

área de tecnologia pode ser resolvida pelo modelo Embrapii”, ressalta Guimarães.

Além dos contratos de gestão, a Embrapii tem outras fontes de recurso, como os da Lei de Informática, do Sebrae, do BNDES e mais recentemente do modelo Rota 20/30. Trata-se de um modelo operacional adotado para a indústria automobilística em que 2% do que as empresas importam compõem um fundo que é aplicado em pesquisa por meio de cinco coordenadoras, entre as quais a Embrapii e a Finep, com um volume de recursos de R\$ 200 milhões por ano.

“Somando todas as fontes, o orçamento da Embrapii chega a R\$ 200 milhões, se não houver cortes e contingenciamento. Temos capacidade de operar muito mais que isso. O nosso primeiro contrato de gestão foi de R\$ 1,6 bilhão; recebemos um terço disso, devido aos contingen-

ciamentos no orçamento dos ministérios de Ciência e Tecnologia e Saúde. O orçamento é um valor ínfimo se comparar com as agências federais, como CNPq e Capes. Mas multiplicamos por três o valor com um volume total em seis anos de R\$ 1,6 bilhão, dos quais metade é recurso da empresa direto na unidade”, reitera Guimarães.

## INFRAESTRUTURA

Fábio Rogério Carvalho, diretor do Departamento de Estruturação e Articulação de Parcerias do Ministério da Infraestrutura, ressalta que, dentro da agenda de desenvolvimento econômico, não adianta todos esses projetos se o país não contar uma infraestrutura adequada que elimine os gargalos logísticos nacionais, barateie os custos internos e beneficie a capacidade de

## empresas miram no digital



*Carlos Melles, diretor-presidente do Sebrae.*

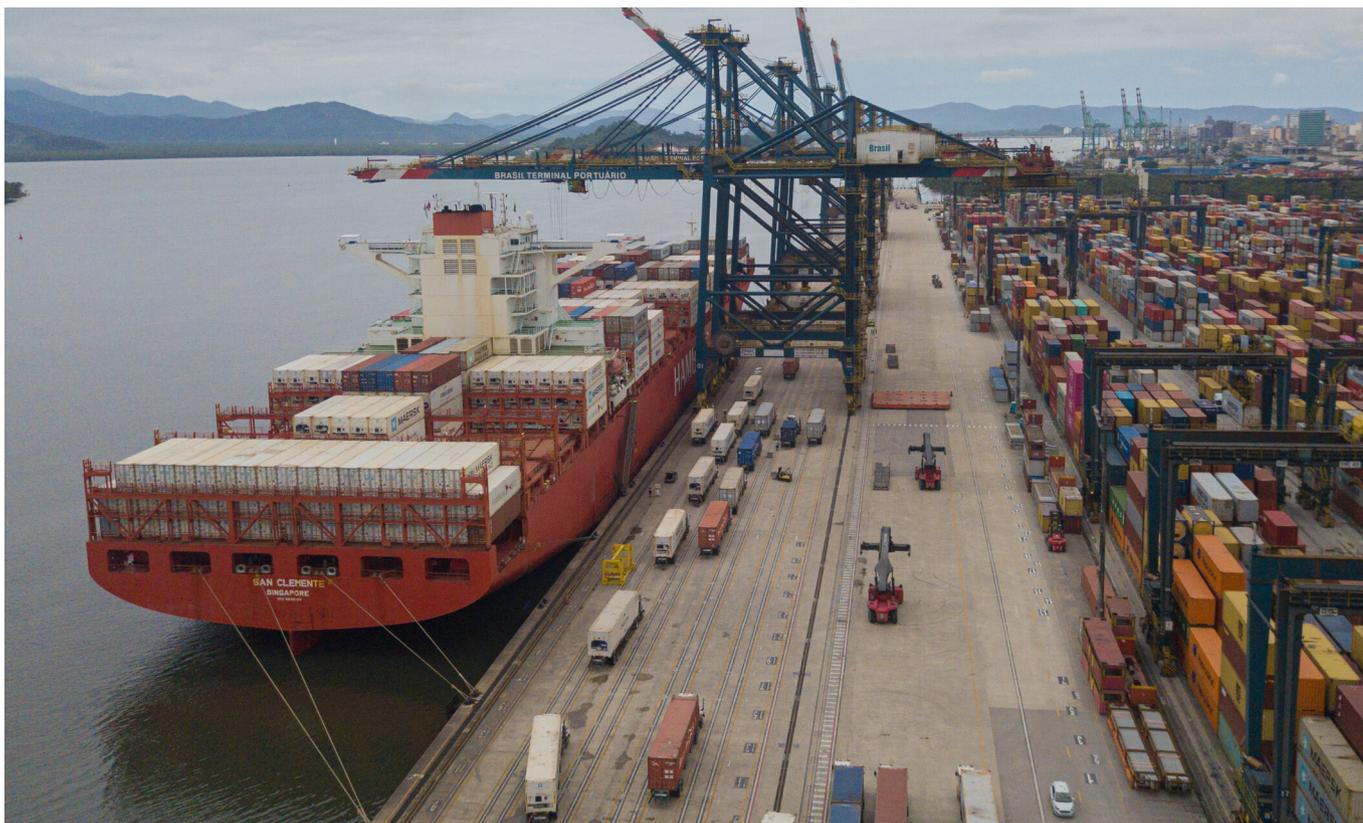
Ele diz que crédito é vital, assim como questões como a fidelização, via melhor oferta de serviços e revisão do *mix* de produtos adaptado ao novo cenário de isolamento social. Melles aconselha as empresas a voltarem, mas de forma digital. Outra recomendação é que aprimorem seus conhecimentos de gestão.

A meta do Sebrae atualmente é atuar como orientador de

crédito. O presidente destaca os benefícios do Pronampe e do Crédito Orientado, que tem permitido o planejamento do crédito, o que faz com que o agente financeiro esteja mais acessível. E o Sebrae segue acompanhando o uso do crédito, se o empresário está pagando em dia.

“É um modelo mais zeloso. O Pronampe teve cerca de R\$ 40 bilhões e conseguiu mais de 500 mil contratos. A aceitação foi muito boa, os juros foram excepcionais, e as garantias, seguras, além de carência para iniciar os pagamentos. Não há dúvida de que a pandemia ainda trará problemas. O cenário ruim é que tudo o que foi postergado deverá ter de começar a ser pago. Por isso o Sebrae está pedindo uma moratória dilatando um pouco mais os pagamentos das MPME. Está saindo um novo Refis, e fizemos um acordo com a Receita, que, pela primeira vez, não tirou do Simples os empresários inadimplentes, o que poderia excluir mais de um milhão de empresas e MEIs. Foi uma conquista do Sebrae e da Frente Parlamentar da MPME”, conclui Melles.

A Associação Brasileira de Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) publicaram, no início do ano, o estudo “Apoio às MPMEs na crise da Covid-19: desafios do financiamento para resiliência e recuperação”, que elenca as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas e as ações desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Fomento para apoiar o setor. O estudo está disponível no site do BID ([www.iadb.org](http://www.iadb.org)).



*O setor portuário é um dos que mais têm avançado na política de concessões. Até o fim do ano, 17 terminais devem ser licitados. O processo no Porto de Santos está previsto para 2022.*

exportação. O Ministério da Infraestrutura tem uma carteira de R\$ 201,94 bilhões em concessões e investimentos nos setores rodoviário (R\$ 120,01 bilhões), ferroviário (R\$ 63,37 bilhões), aeroviário (R\$ 11,79 bilhões) e portuário (R\$ 6,77 bilhões).

“O objetivo é que esses corredores logísticos conectem o que o país produz com os centros consumidores e com os principais corredores de exportação. Por isso a cadeia de rodovia, ferrovias, portos e aeroportos, proposta em 2019, foi pensada de uma maneira conjunta. Desde 2019, já licitamos 40 ativos e contratamos R\$ 44,3 bilhões, que revertem em R\$ 13 bilhões de outorga para a União. A geração de empregos nesses dois anos passa de 650 mil postos”, elenca Carvalho.

Somente em aeroportos foram realizadas 12 concessões e no setor ferroviário há fatos marcantes, como a concessão da Ferrovia Norte-Sul, que começou a ser concebida em 1989. Houve ainda renovação dos contratos das ferrovias da Rumo, Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas, que totalizam R\$ 25 bilhões dos R\$ 44,3 bilhões concedidos. Na área de rodovias foram concedidos trechos como os da BR-101, no Sul; e das BR-364 e BR-365.

Apesar de mais modesto, o setor portuário é um dos que mais têm avançado. Já foram arrendados 20 terminais e somente este ano serão licitados mais 17 terminais e iniciada a licitação das Cias. Docas, as atuais autoridades portuárias nos portos públicos. O processo será iniciado pela Cia Docas do Espírito Santo (Codesa), que será licitada até o final do ano; e na sequência, em 2022, os portos de Santos, Itajaí, São Sebastião e Salvador.

Mario Povia, ex-diretor geral da Antaq e diretor de Gestão Portuária da Cia. Docas do Rio de Janeiro, que controla os portos do Rio, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, diz que, racionalmente, a carga deve procurar um caminho mais ágil. Quando a logística toma um caminho irracional, é por conta de ineficiências. Um exemplo são as hidrovias, pouco utilizadas no país, que têm sido ineficientes na provisão dessa infraestrutura. Daí buscam-se caminhos alternativos. “Não somos eficientes para trabalhar a multimodalidade. Não há racionalidade em um caminhão transportar uma carga por até 5 mil quilômetros em cima de pneus, seja dos pontos de vista ambiental ou econômico”, diz Povia.

Ele ressalta que hoje há uma maior maturidade porque há estudos e planejamento. O poder público está empenhado em novas medidas, como a BR do Mar, com redução do preço do bunker (combustível para navegação) e redução da burocracia. “Isso é necessário porque um navio estrangeiro que abastece no Brasil paga menos que os navios de bandeira brasileira, o que é uma concorrência desleal. O Ministério da Infraestrutura tem conduzido essa agenda”, destaca Povia.

Ele explica que a BR do Mar vem atacar problemas de ineficiência. A carga nacional deixa menos receita para o terminal portuário, com isso o terminal tende a rejeitar a carga de cabotagem. A primeira medida tomada pelo governo foi dar um choque de oferta de terminais nos portos para que, devido à concorrência, operam com ociosidade e passam a ter interesse em receber a carga da cabotagem. Em segundo, a desoneração do bunker, e em terceiro, dissociar a proteção da indústria naval de medidas de estímulo à cabotagem.

“Antes só havia incentivo para quem construísse navio no Brasil. Se a ideia é aumentar a frota nacional, deve-se estimular quem quer usar a bandeira do Brasil, não importa onde o navio foi construído”, defende Povia.

Para Carvalho, do Ministério da Infraestrutura, apesar da pandemia, os investidores estão respondendo e toda a carteira de projetos evoluiu muito bem em todos esses ativos diversificados e espalhados pelo Brasil. O ano de 2020 foi importante porque já haviam sido realizado esforços na elaboração de estudos e aprovação no TCU, que não dependiam de datas.

“Tivemos nove estudos concluídos em 2020. Outra fase importante é a das audiências públicas, conseguimos concluir oito audiências on-line, cujo número de inscritos superou o de audiências presenciais. E aprovamos 31 projetos no TCU, sendo 22 aeroportos, seis portos duas rodovias e uma ferrovia. Além de lançarmos 28 editais em 2020, mesmo com a pandemia”, elenca Carvalho.

Ele destaca que não há orçamento público para esses investimentos, especialmente na atual conjuntura de controle fiscal. As concessões são, portanto, a única alternativa para que os investimentos fossem feitos, por meio de recursos privados que fomentem a indústria de infraestrutura e gerem empregos.

“Era preciso sanar um déficit. Os especialistas recomendam que sejam investidos em torno de 3% do PIB em infraestrutura e vínhamos investindo 0,5%. Há estudos que comprovam que a cada dólar investido em infraestrutura reverte em outros três a cinco dólares para a

**O Ministério da Infraestrutura tem uma carteira de mais de R\$ 200 bilhões em concessões e investimentos nos setores rodoviário (R\$ 120 bi), ferroviário (R\$ 63 bi), aeroviário (R\$ 11 bi) e portuário (R\$ 6,7 bi).**

Fábio Dias



*Fábio Carvalho, do Ministério da Infraestrutura: as concessões são a única alternativa para que os investimentos em infraestrutura se concretizem.*

economia. A política de infraestrutura é de Estado e não de governo. Entre 2019 e 2020 tivemos mais de 100 ativos. As concessões transformam a nossa infraestrutura e, ao mesmo tempo, geram emprego e renda, então o cenário é realmente transformador”, resume Carvalho.



## DESEMBOLSO DO BDMG BATE RECORDE HISTÓRICO EM 2020

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) fechou 2020 com desembolso nominal recorde em sua história: R\$ 2,85 bilhões, alta de 118% em relação a 2019. Do total liberado, 73% se deu por meio de recursos próprios. O segmento que apresentou o maior crescimento foi o de micro e pequenas empresas, que recebeu R\$ 906,2 milhões. “Os resultados recorde, especialmente os voltados para micro e pequenas empresas, demonstram que o BDMG tem cumprido seu mandato de banco de desenvolvimento neste cenário desafiador, desencadeado pela pandemia. Conseguimos equilibrar a alta demanda por crédito com a necessidade de preservação da solidez financeira da instituição”, afirma Sérgio Gusmão, presidente do banco.

## DESENVOLVE SP DISPONIBILIZA R\$ 100 MILHÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Desenvolve SP anunciou no mês de fevereiro que disponibilizará mais R\$ 100 milhões em crédito para capital de giro, com o objetivo de apoiar as micro e pequenas empresas de São Paulo. O lançamento faz parte da série de medidas praticadas pela agência de fomento para mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia.

“Em 2020 injetamos R\$1,8 bilhão na economia paulista para apoiar o empreendedor, oferecendo acesso a capital de giro com melhores condições, suspensão de parcelas vencidas e financiamento de equipamentos para adequação ao momento. Atendemos 3.583 empresas, número 313% maior que em 2019. Com a recidiva da pandemia do coronavírus, as empresas precisam novamente de capital de giro para manter empregos e contas em dia, e mais uma vez o Desenvolve SP provê esse amparo”, afirma Nelson de Souza, presidente da instituição.

A medida vai beneficiar os que mais enfrentam dificuldades para acessar crédito por falta de garantias, além de oferecer mais vantagens aos negócios que paralisaram ou reduziram suas atividades em 2020 e enfrentaram queda nos lucros.

## SEBRAE INVESTE MAIS DE R\$ 40 MILHÕES PARA APOIAR STARTUPS

O Sebrae, em parceria com a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), anunciou investimentos de R\$ 44 milhões no InovAtiva Brasil, para apoiar 15 mil *startups* brasileiras nos próximos anos. A meta é tornar o país um dos três principais ecossistemas de empreendedorismo inovador do mundo.

Para isso, serão oferecidos, gratuitamente, serviços de aceleração, oportunidades de conexão com o mercado, capacitação para empreendedores e iniciativas de desenvolvimento dos ecossistemas regionais.

O programa “Ideiaz” é o primeiro que receberá o apoio do InovAtiva Brasil, e tem como finalidade atender mil projetos e pequenos negócios inovadores em estágio de ideação. O presidente do Sebrae, Carlos Melles, afirma que “por meio da operacionalização deste programa, seremos capazes de levar inovação e capacitação a diferentes ecossistemas brasileiros”.



## BANCO DO NORDESTE CAPTA RECURSOS PARA APOIO A MULHERES

O Banco do Nordeste assinou contrato com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) para captação de recursos, no valor de 200 milhões de euros, destinados à linha de financiamento exclusiva para mulheres empreendedoras. O foco da ação visa o enfrentamento da atual crise econômica e o combate à extrema pobreza, além de contribuir para a temática de gênero, considerando que as mulheres têm participação significativa nas operações de microcrédito.

Para o presidente do banco, Romildo Rolim, “a ação cria um mecanismo com potencial de largo alcance para as microempreendedoras da área de atuação do banco, incentivando o empreendedorismo no segmento”. A linha tem por objetivo contribuir para o empoderamento de mulheres na economia. A Igualdade de Gênero é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Organizações das Nações Unidas (ONU).

## SICREDI ANTECIPA R\$ 6,9 BI PARA SAFRA 2021/22

Com foco em dar suporte ao agronegócio, o Sicredi vai destinar R\$ 6,9 bilhões em créditos para o pré-custeio da Safra 2021/22. Segundo o diretor executivo de Crédito, Gustavo Freitas, “esse movimento de antecipação do custeio é importante para que os produtores tenham mais tranquilidade para planejar sua produção”.

A expectativa é finalizar o Plano Safra 2020/21 com R\$ 22,9 bilhões disponibilizados em crédito rural, sendo R\$ 17,5 bilhões para operações de custeio, comercialização e industrialização, e R\$ 5,4 bilhões para operações de investimento que viabilizam o financiamento de benfeitorias, máquinas e equipamentos e novas tecnologias, permitindo aos produtores aumentar sua produtividade e reduzir custos de produção.

O Sicredi foi a segunda instituição financeira que mais liberou crédito rural no ciclo do Plano Safra 2019/2020, com mais de R\$ 20 bilhões concedidos.

## FINEP APOIA TECNOLOGIA UTILIZADA EM TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DA COVID-19

Pesquisadores do Instituto de Química de São Carlos da Universidade de São Paulo (IQSC) e da *startup* paulistana Biolinker desenvolveram um teste capaz de detectar anticorpos contra o coronavírus em apenas 10 minutos. Com tecnologia apoiada pela Finep, o teste tem custo até cinco vezes menor que a média de mercado.

Segundo o coordenador do estudo, Frank Crespilho, o objetivo é ampliar a testagem no país, tornando-a mais acessível às populações de baixa renda. “A ideia é possibilitar a análise em massa da população a um custo bem mais competitivo e viável para a nossa realidade econômica”, afirma. O pesquisador estima que o teste popular poderá ser vendido por cerca de R\$ 30 assim que o registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) for obtido.

Para baratear a produção, os pesquisadores otimizaram a quantidade de insumos utilizados e desenvolveram uma tecnologia baseada em nanopartículas que facilita a identificação dos anticorpos. De acordo com Mona Oliveira, chefe científica e fundadora da *startup*, foi usada uma tecnologia conhecida como DNA recombinante, que consiste em usar bactérias geneticamente modificadas para expressar a proteína viral *in vitro*. O trabalho contou com recursos da Finep e foi apoiado pelo Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Os testes de eficácia ainda estão sendo concluídos. A ideia é produzir cerca de 500 unidades, que serão testadas em amostras de pacientes atendidos em universidades paulistas.



**O futuro do Brasil**  
 Fabio Giambiagi (org.)  
 Atlas, 2020, 322 p.

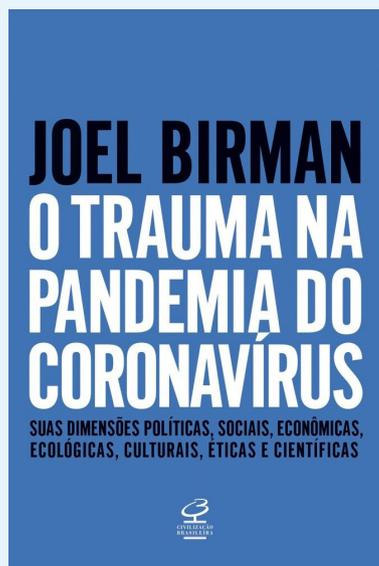
## PENSAR O BRASIL DO FUTURO

Em *O futuro do Brasil*, o economista Fabio Giambiagi reúne 32 especialistas da nova geração para debater as mais diversas temáticas da área econômica, apresentando suas visões e análises sobre a administração pública. A coletânea se aprofunda em assuntos essenciais como educação, saúde, segurança e saneamento, promovendo uma discussão ampla, mas sem deixar de abordar temas da agenda macroeconômica, que são fundamentais para a construção de um país voltado ao desenvolvimento.

O livro é dividido em quatro partes: a primeira, com um capítulo, fala sobre a taxa de crescimento que a economia nacional pode esperar nos próximos dez anos; a segunda, com sete capítulos, aborda a agenda macroeconômica,

passando por temas como as mudanças previdenciárias, agenda tributária e legislação trabalhista; a terceira parte engloba oito capítulos que debatem diversos temas, desde a produtividade das empresas até as políticas de desenvolvimento implantadas pelos bancos públicos; a quarta e última parte, com quatro capítulos, trata das novas questões impostas no mundo atual, como novas moedas, *big data* e *gig economy*.

Com esse projeto, Fabio Giambiagi pretende aprofundar o debate sobre a nova economia e o futuro do trabalho no Brasil. Giambiagi tem graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e é funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 1984.



**O trauma na pandemia do Coronavírus**  
 Joel Birman  
 Civilização Brasileira, 2020, 168 p.

## A PANDEMIA E O TRAUMA

Passado um ano do início da pandemia da Covid-19 no Brasil, a população ainda sente fortemente o seu impacto em diferentes áreas. Nesta obra, o psicanalista Joel Birman tem como finalidade analisar a dimensão psíquica da pandemia, colocando em destaque os seus aspectos político, social, econômico, ecológico, cultural, ético e científico.

O livro chama a atenção para a problemática do trauma, intimamente relacionada à noção de catástrofe humanitária, subjetiva e nacional em que particularmente a população brasileira está inserida. É um livro para quem deseja compreender e processar subjetivamente esse período tão desafiador.

Fruto das pesquisas do autor e da urgência do momento, a obra desenha as

impressões e experiências da crise da Covid-19, especialmente da perspectiva brasileira. Dividido em 18 capítulos, aborda os temas saúde mental, o novo normal, as desigualdades, as precariedades, entre tantos outros assuntos considerados essenciais.

Para o autor, vencedor do Prêmio Jabuti em 2013 e do Prêmio Sérgio Buarque de Holanda no mesmo ano, “os efeitos catastróficos da pandemia sobre o campo estrito da saúde mental são manifestos e inquestionáveis [...]”. A pandemia potencializou ainda mais a importância que a saúde mental já havia assumido para a saúde pública, confirmando sua posição prioritária no contexto social e histórico da atual crise sanitária”.



**Economia é coisa séria: Brasil, mercados, política (2000-2018)**

Antonio Delfim Netto  
Portfolio Penguin, 2021, 200 p.

## ECONOMIA E POLÍTICA

Durante 18 anos, de 2000 a 2018, o economista Antonio Delfim Netto assinou uma coluna semanal no jornal *Valor Econômico*, em que apresentava importantes comentários sobre a relação intrínseca entre o mercado e a política durante um período crucial na história recente do Brasil. Desse extenso material publicado pelo ex-ministro, foram selecionados 56 artigos para compor esta coletânea.

Com organização e prefácio do jornalista econômico André Mendonça de Barros, o livro é dividido em quatro blocos: “O Estado, o mercado e as urnas”, “A economia e suas tribos”, “O capitalismo e outros ‘ismos’” e “Um olhar para o mundo”, que discutem assuntos como a taxa de câmbio de equilíbrio, a ascensão da China, a crise financeira de 2008,

o caos tributário do Brasil e a política americana na Era Trump.

Na perspectiva de um especialista que atuou na linha de frente da política econômica por anos, a obra procura traçar um breve panorama econômico do país, trazendo um debate acessível sobre teoria da economia e mostrando algumas das possíveis causas das dificuldades que hoje são enfrentadas tanto no Brasil quanto no mundo.

Delfim Netto é professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Foi ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento, além de embaixador do Brasil na França e deputado federal. Foi também, por muitos anos, colunista de veículos como *Folha de S.Paulo* e da *Rumos*.



**Veredas do tempo: ensaios analíticos de economia e administração política**

Fábio Guedes Gomes  
Hucitec, 2020, 426 p.

## ENSAIOS SOBRE O BRASIL

Escrito pelo professor Fábio Guedes Gomes, *Veredas do tempo* é uma antologia de artigos, relatos, pesquisas e conferências produzida dos anos 2000 até os dias atuais, apontando para as mudanças de perspectivas da análise do autor sobre os cenários econômico e político do país. A obra reúne textos publicados em sites e revistas especializadas.

O título do livro faz referência ao material de longa data que foi utilizado pelo autor, que procurou ao máximo conservar o conteúdo original, adaptando para uma linguagem acessível para o grande público. Com a publicação, Guedes tem o objetivo de colocar à disposição dos leitores uma gama de discussões, simples e objetivas, para entender o funcionamento das economias modernas e da

economia brasileira.

Graduado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Regional, Fábio Guedes Gomes é professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Como autor, publicou outros títulos como *Outro Modo de Interpretar o Brasil: ensaios de administração política* e *Ensaios sobre o Desenvolvimento e a Economia Política Contemporânea*. Atualmente é diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e membro associado do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para Desenvolvimento.

## EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434  
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903  
Telefone: (61) 2109.6500  
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar  
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906  
Telefone: (21) 2109.6000  
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS  
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA  
Presidente: Sergio Gusmão Suchodolski  
1º Vice-Presidente: Ênio Mathias Ferreira  
2ª Vice-Presidente: Jeanette Halmenschlager Lontra  
Diretores: Herald Alves das Neves, Luiz Corrêa Noronha, Paulo de Oliveira Costa, Ricardo Wiering de Barros, Rivaél Aguiar Pereira, Rubens Rodrigues Filho e Valdecir Tose.

Secretária-Executiva interina: Cristiane Viturino

### INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

**AFAP** – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.  
**AFEAM** – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.  
**AGE** – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco  
**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS**  
**AGERIO** – Agência Estadual de Fomento  
**AGN** – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.  
**BADESC** – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.  
**BADESUL** – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento  
**BANCO DA AMAZÔNIA** – Banco da Amazônia S.A.  
**BANCO SICREDI** – Banco Cooperativo Sicredi S.A.  
**BANCOOB** – Banco Cooperativo do Brasil S.A.  
**BANDES** – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.  
**BANESTES** – Banco do Estado do Espírito Santo S.A.  
**BANPARÁ** – Banco do Estado do Pará S.A.  
**BB** – Banco do Brasil S.A.  
**BDMG** – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.  
**BNB** – Banco do Nordeste S.A.  
**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**BRDE** – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
**BRB** – Banco de Brasília  
**CRE SOL** – Cresol Confederação  
**DESENBÁHIA** – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.  
**DESENVOLVE** – Agência de Fomento de Alagoas S.A.  
**DESENVOLVE MT** – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.  
**DESENVOLVE RR** – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.  
**DESENVOLVE SP** – Agência de Desenvolvimento Paulista  
**FINEP** – Inovação e Pesquisa  
**FOMENTO PARANÁ** – Agência de Fomento do Paraná S.A.  
**GOIÁS FOMENTO** – Agência de Fomento de Goiás S.A.  
**PIAÚÍ FOMENTO** – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.  
**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## Rumos

### Redação e Administração

Avenida Nilo Peçanha, 50, 11º andar  
Grupo 1109  
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906  
Telefone: (21) 2109.6041  
Email: rumos@abde.org.br  
www.abde.org.br

### Gerente de Comunicação & Editora

Thais Sena Schettino  
**Equipe**  
Jader Moraes, Noel Joaquim Faiad e Maitê Rodriguez (estagiária)  
**Revisão**  
Mariana e Renato R. Carvalho

### Capa

Dilúvio em Formação,  
Leonardo Da Vinci. Biblioteca  
Real, Windsor, 1513-1514,  
Reprodução.

### Impressão e CTP

J. Sholna Reproduções Gráficas

### Distribuição

Agência Imperial - Rio de Janeiro

### Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 45 - nº 313 - Janeiro/Fevereiro/Março 2021  
Tiragem: 800 exemplares

## COMENTÁRIOS DOS LEITORES

### Mais investimentos

Uma lição que o Brasil deve aprender com a pandemia: além de preservar o meio ambiente, é preciso prestigiar e investir mais em Educação, Ciência e Tecnologia.  
*Maria de Lourdes Costa, via Facebook*

### Sustentabilidade

Tudo isso é consequência do desequilíbrio ambiental. O homem se acha superior a tudo. Essa invasão de vírus já era esperada pelos cientistas. Infelizmente, a humanidade não está aprendendo nada.  
*Maria Lúcia Fernandes, via Facebook*

### Ciência

Então, que a ciência seja muito mais amparada e receba o necessário para prevenir o que vier e não remediar.  
*Fajer Godoy Macari, via Facebook*

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

# Prêmio ABDE-BID

Edição 2021

Inscrições até 02/07  
[www.abde.org.br](http://www.abde.org.br)



— PROMOÇÃO SICOOB —

# Investir É PARA tod@s

POUPANÇA | RDC | LCI | LCA |  
PREVIDÊNCIA | CONTA CAPITAL\*



INVISTA A PARTIR DE R\$ 200,00  
E CONCORRA A PONTOS NO  
SHOPPING VIRTUAL COOPERA.



- 50 PRÊMIOS DE R\$ 5 MIL EM PONTOS
- 10 PRÊMIOS DE R\$ 10 MIL EM PONTOS

De 1º de abril a 30 de junho

Cadastre-se e participe:

[sicoob.com.br/paratodos](https://sicoob.com.br/paratodos)

## CENTRAL DE ATENDIMENTO

Capitais e Regiões Metropolitanas: 4000 1111 - Demais regiões: 0800 642 0000

Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h - [ouvidoriasicoob.com.br](https://ouvidoriasicoob.com.br)

Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h

\*Consulte, em sua cooperativa, a disponibilidade dos produtos participantes.

 **SICOOB**  
Faça parte.